

ARTIGO

Estrutura do conselho de administração como mecanismo para atingir a Agenda 2030 na América Latina

ALAN BANDEIRA PINHEIRO ^{1 2}

CINTIA DE MELO DE ALBUQUERQUE RIBEIRO ³

ANDRÉ LUIZ VILLAGELIM BIZERRA ⁴

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, CURITIBA – PR, BRASIL

² NEOMA BUSINESS SCHOOL, ROUEN – FRANÇA

³ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) / DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

⁴ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ) / FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar o efeito da estrutura do conselho no engajamento das empresas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foram analisadas as características do conselho de administração relacionadas a tamanho, independência e diversidade, bem como a divulgação dos 17 ODS de 371 empresas sediadas na América Latina no período de 2016 a 2020. Os dados foram analisados mediante regressão de dados em painel com efeitos fixos e regressão de dados em painel pelo método logit. Os achados da pesquisa mostraram que o tamanho e a independência do conselho têm um efeito positivo na divulgação dos ODS. Os resultados dialogam com a Teoria dos Altos Escalões, na medida em que ela preconiza que as escolhas e o posicionamento estratégico da empresa são feitos pela alta administração, ou seja, os membros do conselho de administração. A pesquisa amplia a explicação dessa teoria, confirmando que a alta administração é determinante para o posicionamento estratégico em questões ambientais e sociais. Gestores e acionistas devem compreender que determinados fatores, como a formação de um comitê de responsabilidade social e a elaboração de relatório de sustentabilidade, também podem contribuir para a Agenda 2030. No nível governamental, os resultados são úteis a formuladores de políticas públicas, já que eles podem incentivar a criação de normas para divulgação voluntária de informações ambientais e sociais.

Palavras-chave: Estrutura do conselho. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Agenda 2030. Responsabilidade social corporativa.

Board structure as a mechanism to achieve the UN 2030 Agenda in Latin America

Abstract

This study aims to investigate the effect of board structure on companies’ engagement with the Sustainable Development Goals (SDGs). The characteristics of the board of directors related to the size of the board, independence, and diversity were analyzed, as well as the disclosure of the 17 SDGs of 371 companies headquartered in Latin America from 2016 to 2020. The data were analyzed using data regression in a panel with fixed effects and regression of panel data using the logit method. Research findings showed that board size and board independence have a positive effect on SDG disclosure. The results are in line with the Upper Echelons Theory, as it advocates that the company’s strategic choices and positioning are made by senior management – the members of the board of directors. The research expands the explanation of this theory, confirming that top management is crucial for strategic positioning in environmental and social issues. Managers and shareholders must understand that certain features, such as the social responsibility committee and the preparation of a sustainability report, can also contribute to the 2030 Agenda. At the government level, the results are useful for public policy makers, as they can encourage the creation of norms for the voluntary disclosure of environmental and social information.

Keywords: Board structure. Sustainable development goals. Agenda 2030. Corporate social responsibility.

Estructura de la junta directiva como mecanismo para alcanzar la agenda 2030 en América Latina

Resumen

Este estudio tiene como objetivo investigar el efecto de la estructura de la junta directiva en el compromiso de las empresas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Se analizaron las características de la junta directiva relacionadas con el tamaño de la junta, la independencia y la diversidad, así como la divulgación de los 17 ODS de 371 empresas con sede en América Latina para el período de 2016 a 2020. Los datos se analizaron utilizando regresión de datos en panel con efectos fijos y regresión de datos de panel utilizando el método logit. Los hallazgos de la investigación mostraron que el tamaño y la independencia de la junta tienen un efecto positivo en la divulgación de los ODS. Los resultados están en línea con la teoría de la alta dirección, ya que defiende que las decisiones y posicionamientos estratégicos de la empresa sean realizados por la alta dirección, es decir, los miembros de la junta directiva. La investigación amplía la explicación de esta teoría, confirmando que la alta dirección es crucial para el posicionamiento estratégico en temas ambientales y sociales. Los gerentes y accionistas deben entender que ciertos elementos, como la formación de un comité de responsabilidad social y la elaboración de un informe de sostenibilidad, también pueden contribuir a la Agenda 2030. A nivel de gobierno, los resultados son útiles para los hacedores de políticas públicas, ya que pueden incentivar la creación de normas para la divulgación voluntaria de información ambiental y social.

Palabras clave: Estructura de la junta directiva. Objetivos de desarrollo sostenible. Agenda 2030. Responsabilidad social corporativa.

Artigo submetido em 21 de dezembro de 2022 e aceito para publicação em 18 de junho de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220308>

INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma nova meta global de sustentabilidade (Naciti, 2019). Seu alcance é vital para o bem-estar da humanidade e do planeta (Silva, 2021). Embora os ODS sejam voltados principalmente para os Estados, espera-se o engajamento de empresas com práticas sustentáveis para a sua consecução (Naciti, 2019; Silva, 2021). Por isso, é necessário integrar os ODS às atividades de negócio (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020).

Uma forma de engajar as organizações em práticas sustentáveis compreende a composição do conselho de administração (Naciti, 2019), visto que este é responsável pelas principais decisões estratégicas de gestão (Singh et al., 2021). De acordo com Schaedler et al. (2022), cabe ao conselho de administração estabelecer o relacionamento com o ambiente externo por meio de *networking*, reputação e *performance* social.

Pesquisas anteriores realizadas por Chindasombatcharoen et al. (2022) e Farza et al. (2022) investigaram o impacto da diversidade do conselho na inovação ambiental das corporações. Outros estudos examinaram a associação entre os mecanismos de governança e o Environmental, Social and Governance (ESG) (Khalid et al., 2022), os efeitos dos atributos do conselho no desempenho de sustentabilidade (Disli et al., 2022) e a influência dos fatores organizacionais na decisão da empresa de reportar os ODS (Rosati & Faria, 2019).

Já o nível de engajamento das empresas com a Agenda 2030 e como a estrutura de governança da empresa influencia tal engajamento são questões emergentes para pesquisa.

Ao analisar quatro países da América Latina, Correa-Garcia et al. (2020) encontraram alguns fatores de governança que determinam a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Husted e Sousa-Filho (2019) identificaram a relação entre atributos do conselho e divulgação ESG. Entretanto, faltam estudos que examinem os fatores determinantes para o engajamento das empresas com os ODS.

Assim, cabe questionar: qual é o efeito da estrutura do conselho no engajamento das empresas com os ODS? Espera-se que haja uma relação entre os atributos do conselho e o engajamento de empresas com o alcance dos objetivos da Agenda 2030. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é investigar o efeito da estrutura do conselho no engajamento das empresas com os ODS. Mediante uma abordagem quantitativa, foi realizada uma análise multivariada das características do conselho de administração relacionadas a tamanho do conselho, independência e diversidade. Também foi avaliada a divulgação dos 17 ODS de 371 empresas sediadas na América Latina. Foram utilizados, para tanto, dados constantes da base de dados Thomson Reuters Eikon do período de 2016 a 2020.

O reconhecimento da força do conselho nas decisões de gestão, somado aos desastres ocorridos em todo o mundo, tem impulsionado pesquisas sobre governança corporativa (Lopes & Demajorovic, 2020; Singh et al., 2021). No entanto, poucos estudos investigaram a relação entre a estrutura de governança e práticas de sustentabilidade (Naciti, 2019; Sekarlangit & Wardhani, 2021). Além disso, o fluxo de pesquisas sobre ODS nos negócios é recente e sua literatura encontra-se em um estágio embrionário (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020). Assim, o desenvolvimento de pesquisas que busquem compreender a relação entre implementação dos ODS e estrutura de governança é de fundamental importância para preencher uma lacuna na literatura. Também se observa um número insuficiente de estudos acerca da vinculação entre a atuação empresarial em mercados de baixa renda e aspectos relacionados à sustentabilidade (Morais-da-Silva et al., 2018).

Assim, os resultados desta pesquisa trazem contribuições teóricas relevantes para a literatura de governança corporativa e de relatórios de sustentabilidade, ao fornecer evidências empíricas sobre as contribuições do conselho de administração na implementação dos ODS pelas empresas. Além disso, a presente pesquisa apresenta importantes implicações práticas, sendo relevante para diversos *stakeholders*, gestores de empresas latino-americanas, por identificar novas estratégias capazes de melhorar as interconexões entre a retórica e a prática de ODS, bem como para formuladores de política, ao fornecer evidências que subsidiem o desenvolvimento de políticas que incentivem o alcance dos ODS.

BACKGROUND TEÓRICO

Agenda 2030 e os ODS

As regras e leis que regulam o mercado são ineficazes em garantir a sustentabilidade do negócio (Faria, 2017). A ética, no entanto, conduz as empresas a uma atitude proativa e responsável, levando-as a irem além do simples cumprimento das leis aplicáveis (Troiani et al., 2022). Desse modo, os aspectos sociais, ambientais e éticos dos negócios tornaram-se essenciais no século XXI (Naciti, 2019). De forma a garantir a observação de tais aspectos nos negócios, os Estados-Membros das Nações Unidas acordaram a criação de uma agenda global para o desenvolvimento sustentável baseada em 169 metas agrupadas em 17 ODS, os quais foram apresentados, no ano de 2015, como parte da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Pinheiro et al., 2022).

Os ODS são um conjunto de metas que visam resolver os grandes problemas do planeta com relação à proteção do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável, eliminando a pobreza e a desigualdade e garantindo que todas as pessoas desfrutem de paz e prosperidade (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020). Para o alcance desses objetivos, as empresas têm papel fundamental, dada sua capacidade inovadora e criativa (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Naciti, 2019; Van der Waal et al., 2021).

As empresas podem implementar estratégias sustentáveis e operar de acordo com as metas dos ODS, de forma a garantir que suas operações comerciais não atrapalhem essa agenda (Sekarlangit & Wardhani, 2021). Para apoiar o cumprimento da Agenda 2030, o conselho de administração desempenha um papel muito importante, pois a liderança da empresa determina em grande parte a estratégia de sustentabilidade organizacional (Sekarlangit & Wardhani, 2021).

Teoria dos Escalões Superiores

Diversas teorias têm sido utilizadas para fundamentar a adoção de práticas de sustentabilidade, como a Teoria dos Stakeholders, Teoria da Legitimidade e Teoria da Sinalização (Rosati & Faria, 2019). Outras são utilizadas para explicar as características do conselho, como Teoria da Gestão por Competência, Teoria da Visão Baseada em Recursos e Teoria dos Escalões Superiores (Sekarlangit & Wardhani, 2021). No entanto, para entender como as empresas agem e por que agem de determinada forma, é preciso compreender os preconceitos e disposições de seus atores mais poderosos (Hambrick, 2007). Assim, esta pesquisa utiliza a Teoria dos Escalões Superiores (Upper Echelons Theory), que explica o desempenho empresarial de acordo com as decisões estratégicas, as quais são influenciadas pelos aspectos comportamentais e refletem as características dos tomadores de decisão (Hambrick & Mason, 1984).

A premissa central da Teoria dos Escalões Superiores fundamenta-se no fato de as experiências, os valores e as personalidades dos executivos influenciarem, de forma significativa, sua interpretação acerca das situações enfrentadas e, por sua vez, suas escolhas. (Hambrick, 2007). Assim, a heterogeneidade dentro de um grupo é relevante para um debate mais amplo sobre as questões e tomadas de decisão mais bem informadas (Hambrick & Mason, 1984).

Do ponto de vista da Teoria dos Escalões Superiores, verifica-se que a diversidade relacionada aos conselhos de administração viabiliza a redução dos vieses individuais e cognitivos no processo de tomada de decisão (Kanadli et al., 2018). Diante disso, em conselhos de administração maiores, com maior representação feminina e com maior independência, é mais provável que os diretores usem diferentes conhecimentos, habilidades e experiências para inserir as pautas ambientais e sociais nas reuniões corporativas.

Estrutura do conselho de administração: hipóteses de pesquisa

A estrutura de governança é conceituada como mecanismo de coordenação empregado para reduzir custos na realização das transações (Williamson, 1996). Dentre os mecanismos de governança mais importantes, estão os conselhos de administração, os quais atuam no sentido de garantir os interesses das partes interessadas e o alcance dos resultados sociais e ambientais (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Naciti, 2019), na medida em que influenciam diretamente as estratégias adotadas pela empresa (Pizzi et al., 2021) e realizam relatórios de sustentabilidade para melhor informar seus *stakeholders* (Sekarlangit & Wardhani, 2021).

O conselho de administração é um órgão colegiado e seus membros são eleitos pelos sócios da empresa. A diversidade de perfis deve ser garantida, pois permite uma pluralidade de argumentos durante o processo de tomada de decisão. Essa diversidade está relacionada a conhecimento, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Os conselheiros são classificados em internos – quando diretores ou empregados da própria empresa –; externos – conselheiros sem vínculo comercial, empregatício ou de direção com a organização, mas que não são independentes –; e independentes – conselheiros externos que não possuem relações familiares, de negócio, ou de qualquer outro tipo com participantes da empresa que influenciem ou possam influenciar, de forma significativa, seu julgamento, opiniões, decisões ou comprometer suas ações no melhor interesse da organização (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2015).

As evidências empíricas são inconclusivas quanto à relação entre o tamanho do conselho e as práticas de sustentabilidade (Hussain et al., 2018) e no que se refere a divulgações de informações (García-Sánchez & Noguera-Gámez, 2018). Por um lado, um conselho maior pode levar a processos ineficazes de coordenação, comunicação e tomada de decisão, com impacto insignificante na divulgação dos ODS (Sekarlangit & Wardhani, 2021). Por outro, uma proporção maior de conselheiros independentes tem efeitos positivos no desempenho ambiental e social das empresas (Hussain et al., 2018), em virtude de maior diversidade de ideias, valores e experiências, o que pode levar a divulgações de mais qualidade. Assim, nesta pesquisa, assume-se a seguinte hipótese:

H1. Organizações com um maior conselho de administração tendem a ter maior engajamento com os ODS.

Nos últimos anos, o conselho tem passado por mudanças radicais no que diz respeito a diversificação (Singh et al., 2021). A Agenda 2030 determina que o conselho de administração seja formado por mulheres engajadas, bem como possua um percentual mínimo como *proxy* para avaliar o cumprimento da meta estabelecida (Pizzi et al., 2021). A diversidade de gênero no conselho pode contribuir para a diversidade de opiniões, afetando de forma positiva a divulgação da responsabilidade social corporativa (RSC) das organizações (Singh et al., 2021) e o desempenho de sustentabilidade (Naciti, 2019). As mulheres exigem níveis mais elevados de sustentabilidade e são mais propensas a um comportamento moral e ético (Rosati & Faria, 2019). Assim, a nomeação de mulheres para o conselho melhora o processo de tomada de decisão (Singh et al., 2021).

Singh et al. (2021) evidenciaram uma relação positiva, mas insignificante, entre conselhos com diversidade de gênero e comportamento sustentável ou socialmente responsável. No entanto, Hussain et al. (2018) identificaram que a diversidade do conselho aumenta a dimensão social de sustentabilidade, apesar de não terem encontrado suporte para a relação entre mulheres no conselho e desempenho ambiental. Já Naciti (2019) comprovou que, quanto maior a diversidade do conselho, maior o impacto positivo no desempenho socioambiental. Além disso, Rosati e Faria (2019) constataram que, com uma maior proporção de mulheres no conselho, há mais propensão em abordar os ODS nos relatórios de sustentabilidade. Dessa forma, tem-se como segunda hipótese de pesquisa:

H2. Organizações com maior participação feminina no conselho tendem a apresentar maior engajamento com os ODS.

Conselhos independentes têm maior capacidade de monitorar os gerentes (Pinheiro et al., 2023) e demonstram maior responsabilidade com os *stakeholders*, em virtude de ausência de relação monetária e de vínculos materiais entre eles e as firmas (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Pizzi et al., 2021). Isso pode contribuir para o alcance das metas de sustentabilidade (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Naciti, 2019). Hussain et al. (2018) observaram que uma parcela maior de conselheiros independentes em um conselho de administração está associada a maiores desempenhos ambientais e sociais. Apesar de haver resultados divergentes quanto à relação entre conselho independente e práticas de sustentabilidade (Naciti, 2019) e divulgação dos ODS (Sekarlangit & Wardhani, 2021), a hipótese de pesquisa segue o entendimento de que um conselho independente tem maior autonomia de atuação quando é mais comprometido com questões de sustentabilidade. Assim, tem-se como terceira hipótese:

H3. Organizações com mais membros independentes no conselho tendem a ter maior engajamento com os ODS.

O Quadro 1 apresenta uma síntese das hipóteses testadas neste estudo.

Quadro 1
Resumo das hipóteses desenvolvidas

Hipóteses	Variáveis selecionadas	Sigla	Efeito esperado
H1	Tamanho do conselho	BSIZE	Positivo
H2	Diversidade de gênero	BGENDER	Positivo
H3	Diretores independentes	INDEPBOARD	Positivo

Fonte: Elaborado pelos autores.

MÉTODOS

O processo de seleção da amostra envolveu duas etapas. Na primeira etapa, foram selecionadas todas as empresas da América Latina presentes na base de dados Thomson Reuters Eikon, uma fonte de dados confiável usada por pesquisadores do mundo todo (Pinheiro et al., 2022). Assim, foram analisadas 1107 empresas. No entanto, 726 empresas não possuíam qualquer informação sobre ODS, nem sobre características de governança corporativa. Na segunda etapa, essas organizações foram excluídas da amostra. Como resultado, obteve-se 381 empresas sediadas em 13 países.

O período de análise da amostra de 381 empresas foi de cinco anos: de 2016 a 2020. Esse período foi escolhido em virtude da assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, visto que anteriormente as organizações tinham menos interesse no engajamento com as questões ambientais e sociais (Pizzi et al., 2021). De acordo com Pizzi et al. (2021), a partir de 2016 as empresas começaram a considerar os ODS uma boa ferramenta de comunicação com seus *stakeholders*, o que aumentou a transparência corporativa. No ato de coleta dos dados, informações do ano de 2020 eram as mais recentes, não havendo dados de 2021.

A amostra de empresas estudadas pode ser segmentada em dez setores da indústria e treze países. Como indica a Tabela 1, o setor com maior representatividade é o financeiro, com 18.89% da amostra, seguido pelo consumo discricionário e o de materiais, com 15.22% e 13.38% respectivamente. Já o setor de saúde possui a menor representação na amostra, com apenas doze empresas. O Brasil é o país com a maior quantidade de empresas na amostra, representando 31.23% do total. Já Bahamas, Costa Rica e Uruguai têm a menor quantidade: apenas uma organização por país.

Tabela 1
Distribuição da amostra

País/Setor	DIS	STA	ENE	FIN	HCA	IND	MAT	RES	TEC	UTI	Total
Argentina	11	4	3	7	1	5	7	3	3	11	55
Bahamas	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Brasil	14	14	6	18	6	17	11	12	4	17	119
Ilhas Cayman	1	0	0	1	2	0	0	0	3	2	9
Chile	6	4	3	7	0	5	4	3	2	9	43
Colômbia	2	1	2	8	0	3	2	0	1	4	23
Costa Rica	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
México	18	16	1	21	2	11	14	4	2	0	89
Panamá	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Peru	6	1	0	6	0	3	12	0	0	4	32
Porto Rico	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	4
Uruguai	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ilhas Virgens	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
Total	58	42	15	72	12	46	51	23	15	47	381

Nota. DIS: Consumo discricionário. STA: Consumo básico (cíclico). ENE: Energia. FIN: Financeiro. HCA: Saúde. IND: Industrial. MAT: Materiais. RES: Imóveis. TEC: Tecnologia. UTI: Utilidades.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A variável dependente do estudo é a divulgação dos ODS da Organização das Nações Unidas. Ela é contínua, variando de 0 (quando a empresa não divulgou nenhum ODS) a 17 (quando a empresa teve maior compromisso com os ODS). As informações foram coletadas na base de dados Thomson Reuters Eikon. Nela os dados da variável foram obtidos por meio da seguinte nomenclatura: “verdadeiro”, caso a empresa tenha divulgado o ODS, ou “falso”, caso a empresa não o tenha divulgado. Dessa forma, os pesquisadores decodificaram os termos em valores: cada “verdadeiro” equivale a 1 e cada falso equivale a 0. O Quadro 2 apresenta a descrição de todas as variáveis empregadas, tendo como fonte de coleta a base de dados Thomson Reuters Eikon.

Quadro 2
Descrição das variáveis da pesquisa

Variável	Descrição
SDGOALS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: soma dos 17 ODS, com variação de 0 (a empresa não divulgou nenhum ODS) a 17 (a empresa divulgou todos os ODS).
BFSIZE	Tamanho do conselho: número total de executivos no conselho de diretores da organização.
BGENDER	Diversidade de gênero no conselho: porcentagem de mulheres no conselho de diretores, conforme reportado pela empresa. Essa variável é resultado do cálculo da razão entre número de mulheres no conselho pelo total de membros no conselho.
INDEPBOARD	Diretores independentes no conselho: porcentagem de diretores independentes, cálculo da razão entre total de diretores independentes pelo total de membros no conselho.
ROA	Retorno sobre os ativos: índice financeiro que indica o quão lucrativa é uma empresa em relação ao seu ativo total.
MARKCAP	Capitalização de mercado: divisão da receita operacional líquida da empresa pelo valor de mercado atual.
REVENUE	Receita: multiplicação do preço de venda do produto ou serviço pelo total de unidades vendidas.
CSRCOM	Comitê de Responsabilidade Social Corporativa: 1 = a empresa tem um comitê de RSC; 0 = não tem.
CSREPORTS	Relatório anual de responsabilidade social corporativa: 1 = a empresa divulga um relatório de RSC anualmente para seus <i>stakeholders</i> ; 0 = não divulga.
INDUSTRYIMP	Impacto da indústria: 1= a empresa atua nos setores de energia, utilidades, materiais e indústria; 0 = não atua.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação às variáveis independentes ou explicativas, o estudo selecionou três características fundamentais da estrutura de um conselho de diretores: tamanho do conselho; diversidade de gênero; e diretores independentes. De acordo com Martínez-Ferrero e García-Meca (2020), essas características formam a força interna do conselho, o que leva, portanto, à expectativa de um sinal positivo do efeito dessas variáveis independentes nos ODS.

A relação entre variáveis independentes (atributos do conselho de diretores) e variável dependente (divulgação dos ODS) pode ser controlada por fatores organizacionais, como o desempenho financeiro e o setor da indústria. Seguindo estudos anteriores, foram empregadas seis variáveis de controle: retorno sobre os ativos, capitalização de mercado (Sekarlangit & Wardhani, 2021), receita (Husted & Sousa-Filho, 2019; Sekarlangit & Wardhani, 2021), presença de um comitê de responsabilidade social corporativa (Kılıç & Kuzey, 2018; Sekarlangit & Wardhani, 2021), divulgação de um relatório de sustentabilidade anual e setor da indústria (Correa-Garcia et al., 2020; Kılıç & Kuzey, 2018; Sekarlangit & Wardhani, 2021).

As variáveis “retorno sobre os ativos”, “capitalização de mercado” e “receita” representam o desempenho da empresa. Espera-se que organizações com maior desempenho financeiro tenham também maior divulgação dos ODS. A presença de um comitê de RSC e de um relatório de sustentabilidade são características que mostram o engajamento da empresa com as questões ambientais e sociais. Assim, presume-se também um efeito positivo dessas variáveis sobre os ODS. O estudo de Yoon et al. (2018) demonstrou que existem empresas que operam em setores ambientalmente sensíveis, como os de energia, utilidades, materiais e industrial. Diante disso, pressupõe-se que empresas desses setores atuem mais pelos ODS.

Para testar se os fatores associados com os atributos do conselho de diretores e com o nível organizacional afetam a divulgação dos ODS, foram desenvolvidos modelos econométricos seguindo a regressão de dados em painel. O modelo proposto é representado pela seguinte equação:

$$SDGOALS_{it} = \beta_{it} + \beta_1 BFSIZE_{it} + BGENDER_{it} + INDEPBOARD_{it} + ROA_{it} + MARKCAP_{it} + REVENUE_{it} + CSRCOM_{it} + CSREPORTS_{it} + INDUSTRYIMP_{it} + \theta_i + \varepsilon_{it}$$

Foram operacionalizados modelos nos quais cada variável independente foi analisada individualmente e, em seguida, em conjunto com as demais variáveis independentes. Isso proporciona maior confiabilidade ao modelo, uma vez que modelos com muitas variáveis podem atrapalhar a captura de efeito de algumas variáveis independentes. Em virtude da acumulação dos dados ao longo de 5 anos, o painel evidencia-se como o método mais adequado, visto que é um modelo longitudinal, o qual leva em consideração o efeito do ano nas informações divulgadas pelas empresas.

O painel utilizado apresenta desequilíbrio, na medida em que nem todas as empresas têm a mesma quantidade de observações para todos os anos. O painel foi inicialmente calculado com base em efeito fixo e aleatório. No entanto, após o teste de Hausman, os dados revelaram que a melhor base de estimativa seria por efeitos fixos. Para evitar problemas de multicolinearidade, foi realizada a operação de *value inflation factor* (VIF) de cada modelo; para evitar homoscedasticidade, foi feito o teste de Breusch-Pagan; e, para confirmar a ausência de endogeneidade, efetuou-se o *generalized method of moments* (GMM).

RESULTADOS

Análise descritiva e correlacional

A Tabela 2 demonstra a estatística descritiva para todas as variáveis analisadas. A maioria das variáveis apresenta a mesma quantidade de observações, exceto o retorno sobre ativos, a capitalização de mercado e receita, visto que nem todas as empresas tinham essas informações disponíveis na base de dados. Por isso, foi utilizado um painel desbalanceado de dados. A variável dependente tem média de 3.33, com mínimo de 0 e máximo de 17. Na prática, isso significa que algumas empresas não divulgaram nenhuma ação relacionada aos ODS, enquanto outras divulgaram todos os ODS.

Tabela 2
Análise descritiva

Variáveis	Observações	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
SDGOALS	1467	3.33	5.37	0.00	17.0
BSIZE	1467	9.83	3.48	1.00	25.0
BGENDER	1467	9.55	10.24	0.00	85.71
INDEPBOARD	1467	39.44	23.70	0.00	100.0
ROA	1445	0.03	0.15	-2.36	0.89
MARKCAP	1445	0.16	0.64	-0.09	11.37
REVENUE	1458	4.29	7.71	-0.28	63.73
CSRCOM	1467	0.55	0.49	0.00	1.00
CSREPORTS	1467	0.68	0.46	0.00	1.00
INDUSTRYIMP	1467	0.44	0.49	0.00	1.00

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A variável independente “tamanho do conselho” apresenta porcentagem média de 9.83. Além disso, o maior conselho da amostra possui 25 membros e o menor, 1 membro. No que diz respeito à variável “diversidade de gênero nos conselhos”, a média é de 9.55%. O percentual do conselho com maior representatividade feminina é de 85.71%; ao mesmo tempo houve conselho de diretores sem participação feminina. A porcentagem de diretores independentes tem média de 39.44%, com mínimo de 0% e máximo de 100% dos diretores que não fazem parte da organização. O retorno sobre o ativo tem porcentagem média de 0.03, a capitalização de mercado, 0.16 e a receita, 4.29.

A estatística descritiva também foi aplicada às variáveis *dummies*. A presença do comitê de responsabilidade social corporativa possui média de 0.55 ou 55%, indicando que mais da metade das empresas têm um comitê desse tipo. Os dados evidenciam que mais da metade da amostra, ou seja, 68% das empresas divulgam um relatório de sustentabilidade anualmente. Por fim, 44% da amostra é composta por empresas de setores ambientalmente sensíveis.

A Tabela 3 apresenta a matriz de correlação das variáveis. A tabela mostra que os coeficientes de correlação entre as variáveis são baixos, o que possibilita reduzir problemas de multicolinearidade entre os preditores. Embora cinco variáveis tenham relação significativa com a variável dependente, todos os coeficientes são de baixo nível de correlação.

Tabela 3
Matriz de correlação das variáveis empregadas

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
(1) SDGOALS	1.00								
(2) BSIZE	0.03	1.00							
(3) BGENDER	0.11***	-0.00	1.00						
(4) INDEPBOARD	0.11***	-0.00	0.17***	1.00					
(5) ROA	0.01	0.01	0.02	-0.01	1.00				
(6) MARKCAP	-0.07**	0.00	-0.02	-0.08***	0.02	1.00			
(7) REVENUE	-0.00	-0.03	-0.07	0.02	0.01	-0.00	1.00		
(8) CSRCOM	0.32***	0.07***	0.09***	0.04*	0.01	0.08***	-0.02	1.00	
(9) CSREPORTS	0.37***	0.13***	0.09***	0.11***	0.04	-0.11***	0.03	0.48***	1.00
(10) INDUSTRYIMP	0.01	0.03	-0.03	-0.04*	0.07***	0.02	-0.04*	0.08***	0.07***

*** $p < 0.01$. ** $p < 0.05$. * $p < 0.10$.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Análise multivariada

A Tabela 4 apresenta os resultados da análise multivariada de dados. Foram operacionalizados modelos baseados em efeitos fixos e aleatórios. No entanto, por meio do teste de Hausman, constatou-se que os modelos baseados em efeitos fixos seriam mais adequados. Foram testados *outliers*, autocorrelações, multicolinearidade, heterocedasticidade e endogeneidade, a fim de gerar resultados confiáveis.

Tabela 4
Análise multivariada de dados – método: painel com efeitos fixos

	Modelo 1 Coef.	Modelo 2 Coef.	Modelo 3 Coef.	Modelo 4 Coef.
BSIZE	0.06**			0.06**
BGENDER		0.04		0.00
INDEPBOARD			0.08*	0.08*
ROA	-0.26	-0.27	-0.24	-0.24
MARKCAP	-0.13	-0.13	-0.11	-0.11
REVENUE	0.00	0.00	0.00	0.00
CSRCOM	1.41***	1.41***	1.43***	1.42***
CSREPORTS	3.03***	3.09***	3.05***	2.98***
INDUSTRYIMP	0.12	0.13	0.14	0.13
Obs.	1423	1423	1423	1423
R-squared	0.1706	0.1683	0.1699	0.1723
F (Prob > F)	41.46***	40.78***	41.24***	32.59***
VIF	1.10	1.10	1.10	1.10
Breusch-Pagan test	234.78***	241.70***	236.20***	237.47***
Endogeneidade	Não	Não	Não	Não

*** $p < 0.01$. ** $p < 0.05$. * $p < 0.10$.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os resultados indicam que o tamanho do conselho tem efeito positivo no engajamento das empresas com os ODS da Organização das Nações Unidas, o que confirma a hipótese 1 e diverge do que foi identificado por Sekarlangit e Wardhani (2021), que encontraram uma relação insignificante entre o tamanho do conselho e a divulgação dos ODS. Essa divergência pode ser decorrente das características institucionais e culturais das regiões em estudo, Oriente e Ocidente. Conselhos maiores tendem a ter diferentes perspectivas e diretores com diferentes formações, o que contribui para o enriquecimento das discussões sobre questões de sustentabilidade.

Os resultados desta pesquisa não permitiram a confirmação da hipótese 2, pois, demonstrou-se insignificante a relação entre diversidade de gênero e divulgação dos ODS. Este resultado está alinhado com os achados de Sekarlangit e Wardhani (2021) que dizem respeito à relação entre a diversidade de gênero e os ODS, e com os de Singh et al. (2021), os quais evidenciaram uma relação positiva, mas insignificante, entre conselhos com diversidade de gênero e comportamento sustentável ou socialmente responsável. Assim, tal resultado refuta Rosati e Faria (2019), que concluíram que organizações cujos conselhos de administração possuem maior proporção de mulheres são mais propensas a abordar os ODS em seus relatórios de sustentabilidade.

Constata-se também que conselhos que possuem membros independentes tendem a direcionar as empresas a uma atuação mais eficaz em relação aos ODS, uma vez que membros externos trazem conhecimentos adicionais do mercado, como as questões de desenvolvimento sustentável, o que confirma a hipótese 3. De forma similar, Hussain et al. (2018) observaram que uma parcela maior de conselheiros independentes em um conselho de administração está associada a maiores desempenhos ambientais e sociais. No entanto, este resultado opõe-se ao que Sekarlangit e Wardhani (2021) evidenciaram: conselheiros independentes afetaram de forma insignificante o nível de divulgação dos ODS.

Nenhuma variável de controle financeira apresentou significância nos modelos. Em contrapartida, a presença do comitê de responsabilidade social corporativa apresentou um efeito positivo na divulgação dos ODS, como em Sekarlangit e Wardhani (2021). Além disso, os achados revelam que empresas que divulgam um relatório de sustentabilidade anualmente tendem a ter um maior engajamento com os ODS.

Após os achados da Tabela 2, os pesquisadores modificaram a natureza da variável dependente dos modelos, tornando-a binária. Dessa maneira, atribuiu-se o valor 1 a empresas que divulgaram mais que 50% dos ODS e 0 a empresas que divulgaram menos da metade dos ODS. Com isso, foi possível operacionalizar novos modelos econométricos que confirmassem os resultados obtidos na Tabela 3. Portanto, na Tabela 5, tem-se os resultados obtidos por meio do método de regressão em painel logit binário com efeitos fixos.

Tabela 5
Logit com efeitos fixos

	Modelo 5 Coef.	Modelo 6 Coef.	Modelo 7 Coef.	Modelo 8 Coef.
BSIZE	0.05**			0.05**
BGENDER		0.00		0.00
INDEPBOARD			0.02*	0.02*
ROA	1.62***	1.37	1.40	1.63***
MARKCAP	0.04	0.08	0.08	0.05
REVENUE	0.01	0.16	0.01	0.01
CSRCOM	1.11***	1.11***	1.13***	1.11***
CSREPORTS	2.83***	2.87***	2.85***	2.81***
INDUSTRYIMP	-0.00	-0.01	-0.02	0.00
Obs.	1230	1230	1230	1230
Chi ²	224.81***	220.83***	221.29***	225.50***

***p<0.01. **p<0.05. *p<0.10.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em relação às variáveis de controle, o ROA apresentou significância positiva, indicando que empresas com maior desempenho financeiro divulgam mais ODS. De fato, empresas com mais recursos financeiros têm maior capacidade de investir em assuntos que não fazem parte das operações rotineiras. Além disso, empresas com um ROA mais elevado tendem a ser de maior porte, o que aumenta as pressões dos *stakeholders* por todo tipo de informação, não se limitando apenas a informações tradicionais financeiras. Corroborando os resultados de Sekarlangit e Wardhani (2021), os achados desta pesquisa confirmam que empresas que possuem um comitê de RSC e organizações que divulgam um relatório ambiental contribuem mais para os ODS.

A primeira e a terceira hipótese da presente pesquisa foram confirmadas neste estudo, indicando uma relação entre o tamanho do conselho e sua independência com a divulgação dos ODS. Isso refuta os achados de Sekarlangit e Wardhani (2021), nos quais a relação encontrada foi considerada insignificante. Faz-se necessário esclarecer, no entanto, que os contextos de pesquisa são diferentes, dado que pertencem a culturas distintas, a do Oriente e do Ocidente, o que pode ter influenciado os resultados.

A hipótese 2 não foi confirmada. É importante destacar que nem sempre é possível observar de forma adequada o impacto da diversidade do conselho, por não haver diversidade suficiente (Naciti, 2019; Sekarlangit & Wardhani, 2021). Assim, é necessária uma representação justa, que permita às mulheres expressarem suas opiniões na sala do conselho (Singh et al., 2021) e promoverem a divulgação dos ODS (Sekarlangit & Wardhani, 2021).

Análise de robustez

A Tabela 5 apresenta os resultados após a análise de robustez. Como o setor financeiro tem regras específicas próprias, isso o torna diferente dos demais. Outro fator a ser destacado é que o período de investigação foi de 2016 a 2020: neste último ano, o mundo passou por uma crise mundial provocada pela COVID-19, o que poderia afetar os resultados das análises. Em razão disso, foram operacionalizados testes adicionais para confirmar os coeficientes.

Tabela 5
Resultados sem o setor financeiro e o ano 2020

	Modelo 9 Coef.	Modelo 10 Coef.	Modelo 11 Coef.	Modelo 12 Coef.
BSIZE	0.04			0.04
BGENDER		-0.01		-0.01
INDEPBOARD			0.01***	0.01***
ROA	2.18**	2.00***	2.10**	2.10***
MARKCAP	-0.23	-0.23	-0.21	-0.21
REVENUE	0.00	-0.00	0.01	0.01
CSRCOM	1.03***	2.53***	1.02***	1.04***
CSREPORTS	2.48***	2.53***	2.43***	2.38***
INDUSTRYIMP	2.16***	2.17***	2.18***	2.15***
Obs.	883	883	883	883
R-squared	0.2332	0.2332	0.2375	0.2407
F (Prob > F)	37.88***	37.89***	38.80***	30.65***
VIF	1.12	1.12	1.12	1.11
Breusch-Pagan test	223.85***	233.47***	231.60***	229.85***
Endogeneidade	Não	Não	Não	Não

***p<0.01. **p<0.05. *p<0.10.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A presença de um maior número de membros independentes nos conselhos tem um efeito positivo na divulgação dos ODS. Na prática, isso significa que membros independentes trazem ideias adicionais que favorecem o engajamento da empresa com os ODS. Empresas com maior retorno sobre os ativos também apresentam maior probabilidade de envolvimento com os ODS. Observa-se, ainda, que empresas que possuem um comitê de RSC e divulgam relatórios voluntários anuais tendem a uma maior divulgação dos ODS.

DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES

Os resultados da pesquisa permitem identificar que, nas organizações, o conselho de administração tem um importante papel para o alcance da Agenda 2030. Dessa forma, os achados complementam diversos estudos prévios (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Naciti, 2019; Sekarlangit & Wardhani, 2021), visto que demonstram que o tamanho do conselho e sua independência podem aumentar o engajamento ambiental e social das empresas sediadas na América Latina, uma região ainda com poucos estudos na literatura.

Os conselhos de administração são mecanismos de governança interna relevantes, uma vez que aconselham e monitoram os gerentes na tomada de decisões que atendam aos interesses de acionistas e de outros *stakeholders*, como a sociedade (Toukabri & Youssef, 2023). Nesse contexto, a estrutura desses conselhos tem uma influência direta sobre os ODS, já que um conselho com mais diretores e com maior independência pode unir as capacidades internas de seus diretores com as experiências dos diretores independentes visando implantar tecnologias e estratégias em prol do desenvolvimento sustentável.

As experiências, os valores e a personalidade dos executivos podem influenciar de forma significativa a adoção das políticas de sustentabilidade das organizações (Arena et al., 2023; Hambrick, 2007). Desse modo, empresas que desejam ter uma melhor *performance* ambiental devem diversificar seus conselhos em termos de participantes, incluindo diretores com diferentes formações e experiências profissionais. Apesar de a hipótese 2 não ter apresentado significância, as mulheres podem facilitar a tomada de decisão de diferentes maneiras e apoiar as causas ambientais quando possuem representatividade suficiente, segundo García-Sánchez et al. (2023).

Mediante os resultados, esta pesquisa provê contribuições acadêmicas, gerenciais, governamentais e sociais. Em primeiro lugar, este estudo analisou como a estrutura de governança pode influenciar a adoção da Agenda 2030 por empresas da América Latina. Isso é relevante, na medida em que, consoante Naciti et al. (2021), a maioria dos estudos que relaciona estrutura de governança e ODS está concentrada em contextos desenvolvidos. Assim, são necessários estudos que investiguem regiões pouco estudadas, como a América Latina e a África. Adicionalmente, essa pesquisa amplia o poder de explicação da Teoria dos Altos Escalões, confirmando que, de fato, a alta administração tem um papel determinante no posicionamento estratégico da firma em relação a questões ambientais e sociais.

Na qualidade de tomadores de decisão preponderantes, os membros do conselho de administração integram o alto escalão das organizações e, em virtude disso, estão mais bem posicionados para entender as demandas dos *stakeholders*, o que inclui não apenas os interesses dos acionistas. Portanto o alcance da Agenda 2030 pode ser visto como uma função dos membros do conselho, já que eles tomam decisões estratégicas. Adicionalmente, para o alcance dessa agenda, a organização deve entender que a heterogeneidade (tamanho e independência do conselho) é fundamental, uma vez que essa diversidade pode trazer diferentes visões, formações e experiências para a tomada de decisão.

No nível prático ou gerencial, os resultados podem auxiliar gestores que trabalham em organizações sediadas na América Latina, bem como acionistas das empresas aqui analisadas. Os gestores devem compreender que certas características podem ajudar a empresa a atingir a Agenda 2030. Por exemplo, gestores podem implantar um comitê de responsabilidade social e investir mais recursos na elaboração de um relatório de sustentabilidade mais completo caso desejem que suas empresas sejam compromissadas com os ODS. Já os acionistas podem incentivar seus conselhos para que tenham mais membros, bem como uma quantidade maior de membros externos, a fim de aumentar a independência do conselho. Essas ações podem ser úteis para que a empresa tenha maior reputação ambiental e social, dialogando assim com as diversas partes interessadas.

No nível governamental, os resultados podem guiar reguladores acerca da divulgação voluntária de informações ambientais e sociais. Na América Latina, esse tipo de divulgação não é mandatório nem existe uma lei que obrigue as empresas à difusão de suas ações ou de seus impactos ambientais e sociais. Apesar disso, legisladores podem criar regulamentos que incentivem as

empresas à adoção de uma postura mais proativa em relação aos ODS. Governos também podem criar um selo de premiação para as empresas mais compromissadas com a Agenda 2030.

Além disso, com base nos achados desta pesquisa, os reguladores dos países estudados são convidados a analisar a possibilidade de implementação de cotas para alcançar uma maior participação feminina nos conselhos. A variável de diversidade de gênero pode não ter apresentado significância devido à baixa presença de mulheres no conselho, sugerindo que, para que as mulheres tenham voz, deve existir uma massa crítica (um número mínimo de mulheres) capaz de influenciar as decisões estratégicas em relação à Agenda 2030.

Por fim, esta pesquisa apresenta contribuições para a sociedade como um todo. Há um chamado da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento de pesquisas voltadas a investigar quais fatores motivam as empresas à adesão aos ODS. Assim, este estudo responde ao chamado da ONU, bem como vincula-se a diversos ODS, buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável na América Latina.

CONCLUSÃO

Baseado na Teoria dos Altos Escalões, este artigo teve por objetivo investigar o efeito da estrutura do conselho sobre o engajamento das empresas com os ODS. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa analisou a divulgação dos 17 ODS de 371 empresas sediadas na América Latina, bem como a estrutura de governança dessas organizações por meio de três variáveis independentes do conselho: tamanho, diversidade de gênero e independência.

Os achados da pesquisa mostraram que o tamanho e a independência do conselho têm um efeito positivo na divulgação dos ODS. Na prática, isso significa que conselhos com maior quantidade de membros e maior participação de membros externos à organização aumentam o compromisso organizacional com os ODS. Os resultados alinham-se à Teoria dos Altos Escalões, na medida em que ela preconiza que as escolhas e o posicionamento estratégico da empresa são realizados pela alta administração, ou seja, pelos membros do conselho de administração. Diante disso, percebe-se que a estrutura do conselho funciona como um mecanismo importante para que as empresas possam atingir os objetivos da Agenda 2030.

Os resultados deste artigo trazem importantes contribuições acadêmicas, gerenciais e governamentais, como detalhado na seção de discussão. Apesar disso, os achados devem ser interpretados com cautela, haja vista que eles não estão livres de limitações. Por exemplo, foram analisadas apenas certas características dos conselhos dentro de um espaço de tempo de cinco anos. Ademais, os dados foram coletados de uma única fonte de informações, a base de dados Thomson Reuters Eikon, bem como foi analisado somente o contexto latino-americano.

Para superar essas limitações, estudos futuros devem ampliar o espaço de tempo examinado, incluindo os anos de pandemia de COVID-19. Faz-se necessário também estudar novas características de governança corporativa, que ainda não estão claras na literatura, como: idade média dos membros do conselho, formação acadêmica dos diretores e presença de estrangeiros no conselho. A pesquisa também encoraja novos estudos à elaboração de um modelo teórico que justifique as hipóteses de governança por meio de novas perspectivas teóricas.

Adicionalmente, a agenda de pesquisa sobre os ODS deve incluir o desenvolvimento de uma variável que consiga mensurar efetivamente o engajamento das firmas com a sustentabilidade, a fim de evitar a prática de *greenwashing*, isto é, quando uma empresa aumenta seus investimentos em *marketing* socioambiental, mas, na verdade, não é ambientalmente responsável. Além disso, novas pesquisas devem compreender a relação entre *blockchain* e ODS, bem como o papel da estrutura do conselho de administração na transição para a sustentabilidade por meio dos ODS 7 e 13.

REFERÊNCIAS

- Arena, M., Azzone, G., Ratti, S., Urbano, V. M., & Vecchio, G. (2023). Sustainable development goals and corporate reporting: An empirical investigation of the oil and gas industry. *Sustainable Development*, 31(1), 12-25. <https://doi.org/10.1002/sd.2369>
- Chindasombatcharoen, P., Chatjuthamard, P., Jiraporn, P., & Treepongkaruna, S. (2022). Achieving sustainable development goals through board size and innovation. *Sustainable Development*, 30(4), 664-677. <https://doi.org/10.1002/sd.2264>
- Correa-Garcia, J. A., Garcia-Benau, M. A., & Garcia-Meca, E. (2020). Corporate governance and its implications for sustainability reporting quality in Latin American business groups. *Journal of Cleaner Production*, 260, 121142. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121142>
- Disli, M., Yilmaz, M. K., & Mohamed, F. F. M. (2022). Board characteristics and sustainability performance: empirical evidence from emerging markets. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 13(4), 929-952. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-09-2020-0313>
- Faria, M. J. da S. (2017). Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(esp), 534-558. <https://doi.org/10.1590/1679-395159702>
- Farza, K., Ftiti, Z., Hlioui, Z., Louhichi, W., & Omri, A. (2022). The Effect of Corporate Board Characteristics on Environmental Innovation. *Environmental Modeling & Assessment*, 27, 1021-1042. <https://doi.org/10.1007/s10666-022-09836-3>
- García-Sánchez, I.-M., & Noguera-Gámez, L. (2018). Institutional Investor Protection Pressures versus Firm Incentives in the Disclosure of Integrated Reporting. *Australian Accounting Review*, 28(2), 199-219. <https://doi.org/10.1111/auar.12172>
- García-Sánchez, I.-M., Aibar-Guzmán, C., Núñez-Torrado, M., & Aibar-Guzmán, B. (2023). Women leaders and female same-sex groups: The same 2030 Agenda objectives along different roads. *Journal of Business Research*, 157, 113582. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113582>
- Hambrick, D. C. (2007). Upper echelons theory: An update. *Academy of Management Review*, 32(2), 334-343. <https://doi.org/10.5465/AMR.2007.24345254>
- Hambrick, D. C., & Mason, P. A. (1984). Upper Echelons: of Reflection The Its Organization as reflection of its Top managers. *Management*, 9(2), 193-206.
- Hussain, N., Rigoni, U., & Orij, R. P. (2018). Corporate Governance and Sustainability Performance: Analysis of Triple Bottom Line Performance. *Journal of Business Ethics*, 149(2), 411-432. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3099-5>
- Husted, B. W., & Sousa-Filho, J. M. de. (2019). Board structure and environmental, social, and governance disclosure in Latin America. *Journal of Business Research*, 102, 220-227. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2018.01.017>
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa* (5a ed.). <https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>
- Kanadli, S. B., Bankewitz, M., & Zhang, P. (2018). Job-related diversity: the comprehensiveness and speed of board decision-making processes – an upper echelons approach. *Journal of Management and Governance*, 22(2), 427-456. <https://doi.org/10.1007/s10997-017-9394-4>
- Khalid, F., Razaq, A., Ming, J., & Razi, U. (2022). Firm characteristics, governance mechanisms, and ESG disclosure: how caring about sustainable concerns? *Environmental Science and Pollution Research*, 29, 82064-82077. <https://doi.org/10.1007/s11356-022-21489-z>
- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2018). Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting framework. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 305-333. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2017-0138>
- Lopes, J. C., & Demajorovic, J. (2020). Responsabilidade Social Corporativa: uma visão crítica a partir do estudo de caso da tragédia socioambiental da Samarco. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 308-322. <https://doi.org/10.1590/1679-395173811>
- Martínez-Ferrero, J., & García-Meca, E. (2020). Internal corporate governance strength as a mechanism for achieving sustainable development goals. *Sustainable Development*, 28(5), 1189-1198. <https://doi.org/10.1002/sd.2068>
- Morais-da-Silva, R. L., Nobre, F. S., & Orsiolli, T. A. E. (2018). Empresas atuantes na base da pirâmide e as suas contribuições para a sustentabilidade: quadro de análise e evidências empíricas. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(2), 286-301. <https://doi.org/10.1590/1679-3963314>
- Naciti, V. (2019). Corporate governance and board of directors: The effect of a board composition on firm sustainability performance. *Journal of Cleaner Production*, 237, 117727. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.117727>
- Pinheiro, A. B., Menezes, B. G. de O., Oliveira, L. G. L., & Carraro, W. B. W. H. (2022). Agenda 2030: alinhamento dos projetos estratégicos dos tribunais de justiça aos objetivos de desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão e Projetos*, 13(2), 171-194. <https://doi.org/10.5585/gep.v13i2.21500>
- Pinheiro, A. B., Oliveira, M. C., Freitas, G. A. de, & Lozano, M. B. (2023). Atributos do conselho e divulgação ambiental: qual é o nexo nas economias liberais? *Revista de Administração de Empresas*, 63(4). <https://doi.org/10.1590/S0034-759020230402>
- Pinheiro, A. B., Oliveira, M. C., & Lozano, M. B. (2022). The mirror effect: influence of national governance on environmental disclosure in coordinate economies. *Journal of Global Responsibility*, 13(4), 380-395. <https://doi.org/10.1108/JGR-01-2022-0009>
- Pizzi, S., Rosati, F., & Venturelli, A. (2021). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. *Business Strategy and the Environment*, 30(1), 404-421. <https://doi.org/10.1002/bse.2628>
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2019). Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(3), 588-597. <https://doi.org/10.1002/csr.1705>
- Schaedler, L., Graf-vlachy, L., & König, A. (2022). Strategic leadership in organizational crises: A review and research agenda. *Long Range Planning*, 55(2), 102156. <https://doi.org/10.1016/j.lrp.2021.102156>

- Sekarlangit, L. D., & Wardhani, R. (2021). The effect of the characteristics and activities of the board of directors on sustainable development goal (SDG) disclosures: Empirical evidence from southeast Asia. *Sustainability*, 13(14), 8007. <https://doi.org/10.3390/su13148007>
- Silva, S. (2021). Corporate contributions to the Sustainable Development Goals: An empirical analysis informed by legitimacy theory. *Journal of Cleaner Production*, 292, 125962. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.125962>
- Singh, A. K., Bindu Kota, H., Sardana, V., & Singhanian, S. (2021). Does Gender Diversity on Board Promote Corporate Social Responsibility? *Aabfj*, 15(5), 22-40. <http://dx.doi.org/10.14453/aabfj.v15i5.3>
- Toukabri, M., & Youssef, M. A. (2023). Climate change disclosure and sustainable development goals (SDGs) of the 2030 agenda: the moderating role of corporate governance. *Journal of Information, Communication and Ethics in Society*, 21(1), 30-62. <https://doi.org/10.1108/JICES-02-2022-0016>
- Troiani, L., Sehnem, S., & Carvalho, L. (2022). Moda sustentável: uma análise sob a perspectiva do ensino de boas práticas de sustentabilidade e economia circular. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(1), 62-76. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200214>
- Van der Waal, J. W. H., Thijssens, T., & Maas, K. (2021). The innovative contribution of multinational enterprises to the Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*, 285, 125319. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.125319>
- Williamson, O. E. (1996). *The mechanisms of governance*. Oxford University Press.
- Yoon, B., Lee, J. H., & Byun, R. (2018). Does ESG performance enhance firm value? Evidence from Korea. *Sustainability*, 10(10), 3635. <https://doi.org/10.3390/su10103635>

Alan Bandeira Pinheiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6326-575X>

Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com estágio doutoral na NEOMA Business School; Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: alanbpinheiro@hotmail.com

Cintia de Melo de Albuquerque Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1957-056X>

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF); Doutora em Sistema de Gestão Sustentável pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Pós-graduada em Auditoria Fiscal e Tributária pela Universidade Gama Filho (UGF). E-mail: cintiaalbuquerque@id.uff.br

André Luiz Villagelim Bizerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2458-9115>

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Pós-graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EBAPE). E-mail: andrebillage@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Alan Bandeira Pinheiro: Conceituação (Igual); Curadoria de dados (Igual); Análise formal (Igual); Aquisição de financiamento (Liderança); Investigação (Igual); Metodologia (Igual); Administração de projeto (Liderança); Recursos (Igual); Software (Igual); Supervisão (Igual); Validação (Igual); Visualização (Igual); Escrita - rascunho original (Igual); Escrita - revisão e edição (Igual).

Cintia de Melo de Albuquerque Ribeiro: Conceituação (Igual); Análise formal (Igual); Investigação (Igual); Metodologia (Igual); Recursos (Igual); Software (Igual); Supervisão (Igual); Validação (Igual); Visualização (Igual); Escrita - rascunho original (Igual); Escrita - revisão e edição (Igual).

André Luiz Villagelim Bizerra: Curadoria de dados (Igual); Investigação (Igual); Metodologia (Igual); Software (Igual); Validação (Igual); Visualização (Igual); Escrita - rascunho original (Igual).

DISPONIBILIDADE DE DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao Editor Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray e ao Editor Adjunto Prof. Dr. Fabricio Stocker pelo seu excelente suporte durante o processo de revisão e a dois revisores anônimos pelos seus valiosos comentários. Os autores também agradecem ao apoio financeiro fornecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

EDITOR-CHEFE

Hélio Arthur Reis Irigaray (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

EDITOR ADJUNTO

Fabricio Stocker (Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

PARECERISTAS

Paulo José Mendonça Ribeiro (Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9606-4863>

Sabrina Soares da Silva (Universidade Federal de Lavras, Lavras / MG – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0096-4742>

Andrea Cardoso Ventura (Universidade Federal da Bahia, Salvador / BA – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4371-632>

RELATÓRIO DE REVISÃO POR PARES

O relatório de revisão por pares está disponível neste URL: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/90536/85321>